

São Lourenço do Oeste



Acervo de Memória

1963/1966



• Eleições Municipais - Candidatos

• Posse dos Vereadores e do Prefeito

• Atividades Políticas e Administrativas

• Ações da Comunidade

• Breves Biografias - Prefeito - Vereadores - Suplentes Vereadores
Governadores de SC - Presidente da República

• Legislação

2ª Legislatura – 1963/1966

(31/01/63 a 31/01/67)

A 2ª legislatura de São Lourenço do Oeste iniciou no dia 31 de janeiro de 1963, às 14 horas e 30 minutos, na Câmara de Vereadores, anexa à prefeitura, com solenidade de posse dos vereadores.

A eleição de 07 de outubro de 1962 foi realizada somente para a Câmara de Vereadores, haja vista que o mandato do prefeito estendeu-se até janeiro de 1964.

No município havia três partidos, todos lançaram candidatos e os eleitos foram:

– **titulares** pelo PSD – Partido Social Democrata: Atílio Ferreira Bueno – 264 votos, Reinaldo Scheid – 176 votos e Justino José Tietbohl – 111 votos.

– suplentes: Raulino Bogo – 86 votos, Gílio Nunes de Mello – 78 votos, Demétrio Antônio Broeto – 77 votos, Lory Machado – 18 votos e Valério Filippin – 14 votos.

– legenda: 826 votos.

– **titulares** pelo PTB – Partido Trabalhista Brasileiro: Francisco Oreste Libardoni – 234 votos, Honório Antonio Bottega – 117 votos e Olímpio Arcádio Bombassaro – 114 votos.

– suplentes: Roberto Volkmer Filho – 57 votos, Vitório Dall’Agnol – 47 votos e Ari Bodanese – 40 votos.

– legenda: 640 votos.

– **titulares** pela UDN – União Democrática Nacional: Ídio Pazini Bastezini – 65 votos.

– suplentes: Inocente Pagani – 55 votos, Ricieri Poggere – 54 votos, Lúcio Bett – 31 votos, Angelino A. Martins – 28 votos, Valmor Machado – 16 votos e Pedro Rizzatti – 12 votos.

– legenda: 261 votos.

– votos em branco – 34 e nulos – 23, com um total de 1.784 votantes.

Durante o mandato, os suplentes que assumiram as licenças dos titulares, de 30 ou 60 dias, foram: Demétrio Antonio Broeto – 1963, 1965 e 1966, Roberto Volkmer Filho – 1963, 1965 e 1966, Vitório Dall’Agnol – 1965 e 1966 e Inocente Pagani – 1966.

Para o ano de 1963, a Mesa Diretora e as Comissões de Trabalho da Câmara ficaram assim constituídas:

– **Mesa Diretora:**

Presidente: Idio Pazini Bastezini – UDN;

Vice-presidente: Justino José Tietbohl – PSD;

1º Secretário: Reinaldo Scheid – PSD; e

2º Secretário: Francisco Oreste Libardoni – PTB.

– **Comissão de Finanças, Orçamentos e Contas do Município:**

Francisco Oreste Libardoni, Reinaldo Scheid, Justino José Tietbohl, Atílio Ferreira Bueno e Olímpio Arcádio Bombassaro.

– **Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis:**

Francisco Oreste Libardoni, Honório Antônio Bottega e Reinaldo Scheid.

– **Comissão de Educação, Assistência Social e Obras Públicas:**

Atílio Ferreira Bueno, Olímpio Arcádio Bombassaro e Honório Antonio Bottega.

– **Comissão Permanente:**

Reinaldo Scheid, Atílio Ferreira Bueno e Honório Antônio Bottega.

Por proposição do vereador Justino José Tietbohl, a Câmara solicitou providências urgentes ao Governador do Estado, ao Secretário de Segurança Pública e à Assembléia Legislativa, no sentido de suprir os cargos de delegado de polícia nos distritos de Leoberto Leal, de Presidente Juscelino e de Novo Horizonte.



São Lourenço do Oeste

No mês de maio de 1963 foi instalada a Agência de Correios.



Agência de Correios, na Travessa São Pedro - 2008.

Acervo da Câmara de Vereadores

No início de 1963, a Câmara autorizou o Executivo a firmar convênio com o Governo do Estado para a construção de prédios escolares, face à crescente demanda de estudantes e à precariedade de espaço físico da época.

No mês de junho do mesmo ano, a Câmara de Vereadores, consternada com o falecimento de Sua Santidade, o Papa João XXIII, aprovou o envio de condolências ao Vaticano, ao Chefe da Igreja Católica deste Estado e ao vigário da Paróquia São Lourenço, Frei Barnabé.

Demétrio Broeto e Francisco Oreste Libardoni formaram uma comissão e, junto ao prefeito, José Ebling, buscaram estabelecer parceria com o município de Vitorino – PR, para que este cedesse a motoniveladora, ou trocasse horas de serviços pelo trator da prefeitura de São Lourenço do Oeste, com o objetivo de propiciar melhorias em ruas e estradas do município.

Deputado federal Paulo Macarini

O deputado federal Paulo Macarini – mandato 1963/1967- visitou São Lourenço do Oeste e a recepção a ele foi entusiasmada, haja vista que, desde a emancipação do município, sua atuação foi relevante para o desenvolvimento local e regional. Essa visita mobilizou a Câmara de Vereadores no sentido de, junto ao prefeito José Ebling, viabilizarem uma comitiva para deslocar-se à capital do Estado e lá articular diversas ações, dentre elas a instalação e a ampliação da rede de energia elétrica. De 1960 a 1962, Paulo Macarini foi Delegado Regional da Fronteira Sudoeste, com sede em Joaçaba – SC, e viabilizou ações significativas ao nosso município. Seu irmão, o médico Luiz Macarini, exerceu a medicina no município no período de 1966 a 1976.

Paulo Macarini reelegeu-se deputado federal por Santa Catarina para o mandato 1967/1971. Foi cassado em janeiro de 1969 e seus direitos políticos foram suspensos por dez anos, face o disposto no art. 4º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Foi novamente eleito deputado federal constituinte para o mandato 1987/1991.

No ano de 1963 foi construída a atual delegacia de polícia civil, localizada na rua Pedro Álvares Cabral.



Delegacia da Comarca – 2008.

Acervo da Câmara de Vereadores

No dia 25 de agosto de 1963, representantes da Câmara de Vereadores, prefeitos e outras lideranças dos municípios de São Lourenço do Oeste, de Campo Erê, de Galvão, de São Domingos e de Abelardo Luz reuniram-se no município de Galvão para discutirem ações correspondentes à instalação da energia elétrica nesta região.

Na época, o país atravessava uma grave crise política. O Presidente da República, Jânio Quadros, renunciou em agosto de 1961, no primeiro ano de seu governo e, João Goulart, vice-presidente, governou até o mês de março de 1964, quando foi deposto pelas Forças Armadas e instalado o “Regime Militar”. Em 1985, quando do encerramento deste período, tomou posse o civil José Sarney, vice-presidente de Tancredo Neves, que faleceu antes da posse. Durante seu mandato, João Goulart sofreu várias pressões e foi marcado por crises permanentes.

Os reflexos do período militar repercutiram fortemente no município, pois o governo federal ameaçava decretar “estado de sítio” no país, mas sua tentativa foi frustrada.

A energia elétrica no município ainda era gerada por motores a diesel e, visando ampliar o atendimento à população, o vereador Reinaldo Scheid solicitou apoio dos vereadores para, junto ao Executivo Municipal, viabilizar o fornecimento também aos sábados à tarde e aos domingos pela manhã.

Em 1963 foi construído o prédio para abrigar o Grupo Escolar “Sóror Angélica”, na rua Rio de Janeiro, esquina com a rua Dom Pedro II. A partir de 1965, esta escola passou a abrigar o Educandário Santa Maria Goretti. Ao longo de sua existência, o prédio foi reformado e ampliado várias vezes para atender a crescente demanda do município. Até 1971, a instituição denominava-se “Ginásio Normal São Lourenço”. Neste ano passou a denominar-se “Escola Básica Sóror Angélica”, em 1995, “Colégio Estadual Sóror Angélica” e, atualmente, “Escola de Educação Básica Sóror Angélica”, oferecendo educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.



Escola Sóror Angélica – década de 60.
Acervo da Escola de Educação Básica Sóror Angélica



Escola de Educação Básica Sóror Angélica – 2008.
Acervo da Câmara de Vereadores

A Câmara expressou reconhecimento e agradecimento ao cidadão Arnaldo Mendes, por sua valorosa contribuição ao município, como as doações de terrenos para as construções do grupo escolar, da cadeia pública, do cemitério, da praça, entre outras.

Pela Lei Federal nº 2.976/1956, que instituiu o Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País, o município recebeu recursos financeiros para auxiliar o setor de estradas de rodagem, de transportes e de comunicações.

O Executivo foi autorizado a contrair empréstimo junto aos órgãos públicos estaduais para aquisição de uma motoniveladora, mais tarde, de outras máquinas e de veículos.

No mês de dezembro de 1963, o deputado Paulo Macarini, via telegrama, comunicou à Câmara ter conseguido verba para linhas telefônicas, além de instruções para a criação da Agência do Banco do Brasil no município.

Ainda no mês de dezembro, o Governador do Estado reuniu-se com prefeitos e lideranças da região, em Chapecó, e autorizou Serafim Bertaso – Secretário de Negócios do Oeste, a construir uma usina para geração de energia elétrica em Quilombo, além de viabilizar auxílio para aquisição de uma motoniveladora para São Lourenço do Oeste.

O vereador Idio Pazini Bastezini propôs a criação de um matadouro municipal, porém, segundo argumentos da maioria dos vereadores, o município não tinha condições financeiras para tal obra e não aprovaram a proposição. Também propôs a criação de um órgão controlador de preços e a maioria dos vereadores votou contra, justificando que esta ação não era de competência municipal. Sugeriu a criação da Inspetoria de Ensino Municipal, aprovada por unanimidade.

No final de 1963, a família de Adelino Grobe, procedente de Palmas - PR, chegou a São Lourenço do Oeste e instalou uma panificadora em casa alugada, de propriedade da Empresa Saudades. Por volta de 1966, os filhos mais velhos, Gelson, Olivir e Eliezer, arrendaram casarões de madeira de João Brusatto e iniciaram atividades moveleiras, desenvolvidas artesanalmente. A empresa prosperou e, no auge, nas décadas de 90 e início de 2000, estava consagrada como uma das mais importantes indústrias de São Lourenço do Oeste, pois fabricava móveis e distribuía-os para outros estados brasileiros e para o exterior. Em final de 2005, por problemas financeiros, a Indústria de Móveis Grobe paralisou suas atividades.

Eleições municipais para o Executivo

No dia de 06 de outubro de 1963 foi realizada a eleição para prefeito. A figura do vice-prefeito ainda não existia. Os partidos políticos decidiram trabalhar em conjunto e lançaram candidato único pela coligação – Frente Única Municipal – PSD, UDN e PTB, e o candidato escolhido foi Zeno Germano Etges, do PSD. Votaram 1.476 eleitores, de um total de 2.130 eleitores cadastrados e o candidato recebeu 1.352 votos.



Zeno Germano Etges, em solenidade na Câmara de Vereadores, recebendo, do juiz da Comarca, o diploma de prefeito para o mandato 1964/1968. Em pé, à direita, o prefeito José Ebling.

Acervo família de Zeno Germano Etges

A posse do prefeito aconteceu às 15:00 horas do dia 31 de janeiro de 1964, na Câmara de Vereadores e a solenidade de transmissão do cargo de prefeito ocorreu no Clube Recreativo Araucária – CRA. O mandato do prefeito Zeno Germano Etges foi de 31 de janeiro de 1964 a 31 de janeiro de 1969.



Transmissão de cargo. Da direita para a esquerda: Serafim Enos Bertaso, Secretário do Oeste; José Ebling; Zeno Germano Etges, prefeito empossado; Justino José Tietbohl, Idio Bastezini e Francisco Libardoni.

Acervo família de Zeno Germano Etges

Para o ano 1964, a Mesa Diretora e as Comissões de Trabalhos da Câmara ficaram assim constituídas:

– **Mesa Diretora:**

Presidente: Atílio Ferreira Bueno – PSD;

Vice-presidente: Idio Pazini Bastezini – UDN;

1º Secretário: Reinaldo Scheid – PSD; e

2º Secretário: Francisco Oreste Libardoni – PTB.

– **Comissão de Finanças, Orçamentos e Contas do Município:**

Francisco Oreste Libardoni, Idio Pazini Bastezini, Honório Antonio Bottega e Olímpio Arcádio Bombassaro.

– **Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis:**

Justino José Tietbohl, Idio Pazini Bastezini e Olímpio Arcádio Bombassaro.

– **Comissão de Educação, Assistência Social e Obras Públicas:**

Francisco Oreste Libardoni, Justino José Tietbohl e Idio Pazini Bastezini.

– **Comissão Permanente:**

Reinaldo Scheid, Francisco Oreste Libardoni e Olímpio Arcádio Bombassaro.

Em 1964, José Ebling fundou a Madeireira São Lourenço Ltda, da qual, anteriormente, era pequeno acionista. Em 1968 vendeu-a a Anselmo Milan, uma vez que concorreria novamente ao cargo de prefeito.

O Golpe de 1964 e a instauração do Regime Militar

Na madrugada do dia 31 de março de 1964, um golpe militar foi deflagrado contra o governo de João Goulart, legalmente constituído.



Antônio Carlos Muricy comanda o destacamento Tiradentes na marcha Juiz de Fora, em 31 março 1964.

Arquivo Antônio Carlos Murici / ACM foto 058_2 / CPDOC

Nos primeiros dias após o golpe, uma violenta repressão atingiu os setores políticos mais mobilizados da esquerda, como, por exemplo, a Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT, a União Nacional dos Estudantes - UNE, as Ligas Camponesas e grupos católicos, como a Juventude Universitária Católica - JUC, e a Ação Popular - AP. Milhares de pessoas foram presas de modo irregular e torturadas.

A Junta Militar baixou um “Ato Institucional” – uma invenção do governo militar, não prevista na Constituição de 1946, e sem fundamentação jurídica. Seu objetivo era justificar os atos de exceção que se seguiram. Milhares de pessoas foram atingidas em seus direitos: parlamentares tiveram seus mandatos cassados, cidadãos tiveram seus direitos políticos suspensos e funcionários públicos civis e militares foram demitidos ou aposentados.

Entretanto, o golpe militar foi saudado por importantes setores da sociedade brasileira. Grande parte do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, da Igreja Católica, governadores dos estados da Guanabara, de Minas Gerais e de São Paulo, e amplos setores de classe média pediram e estimularam a intervenção militar, como forma de pôr fim à ameaça de esquerdação do governo e de controlar a crise econômica. O golpe também foi recebido com alívio pelo governo norte-americano, satisfeito de ver que o Brasil não seguia o mesmo caminho de Cuba, onde a guerrilha, liderada por Fidel Castro, havia conseguido tomar o poder.

Os militares que assumiram o poder em 1964 acreditavam que o regime democrático que vigorara no Brasil desde o fim da segunda guerra mundial havia se mostrado incapaz de deter a “ameaça comunista”. Com o golpe, deu-se início à implantação de um regime político marcado pelo “autoritarismo”, isto é, um regime político que privilegiava a autoridade do Estado em relação às liberdades individuais, e o Poder Executivo em detrimento dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Articulações bem sucedidas na área militar de um grupo de oficiais pró-Castelo e o apoio dos principais líderes políticos civis favoráveis ao golpe foram decisivos para que, no dia 15 de abril de 1964, Castelo Branco assumisse a presidência da República, eleito, dias antes, por um Congresso já bastante expurgado.

(Fonte: CPDOC – FGV – Fundação Getúlio Vargas)

Um dos primeiros projetos de lei aprovado pela Câmara de Vereadores, em 1964, foi a autorização para o Executivo buscar financiamento, em qualquer casa bancária, comércio ou indústria, para adquirir máquinas e equipamentos. Tal medida foi tomada em razão da urgência de aberturas e de melhorias na malha viária da cidade e do interior. Nessa época, o município mantinha parceria com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Obras e Secretaria de Negócios do Oeste, para utilização de máquinas pesadas de propriedade do Estado.



Trator de esteiras da Secretaria dos Negócios do Oeste, abrindo ruas em São Lourenço do Oeste.

Acervo família de Zeno Germano Etges

A energia elétrica era gerada por motores a diesel e, devido à repentina alta do preço dos combustíveis, o vereador Francisco Oreste Libardoni apelou à Câmara para que, urgentemente, fosse apreciado o ante-projeto do Executivo, elevando o preço do Kw/h da luz elétrica.

No mês de maio, o Executivo Municipal foi autorizado a ceder a sala da Câmara de Vereadores para o funcionamento da Escola Noturna, com o ensino para adultos.

O primeiro banco a se instalar no município foi a filial do Banco Mercantil do Brasil, no ano de 1964, na Avenida Brasil, em prédio alugado, em frente ao Hotel Avenida. Lá permaneceu até o início da década de 1970, quando foi transferido para o pavimento térreo do prédio da família Echer, hoje escritório da Nutrisul, e chamava-se Banco Bamerindus do Brasil. Entre os anos de 93/94 foi mudado para o prédio de Jaci Piovesan, na rua Ernesto Beuter, ficando lá instalado até a construção, em 1999, do Centro Comercial Polesello, na rua Coronel Bertaso, com a denominação de HSBC.

Com o crescimento acelerado da cidade, algumas ações foram tomadas por parte da municipalidade com vistas à modernização do perímetro urbano. Uma delas foi a proibição do uso de "tabuinhais" na cobertura das habitações da cidade, material utilizado especialmente pela abundância de madeira na época. Tal medida foi imposta pela Lei nº 15/64, de 06 de maio de 1964.



Esquina da Avenida Brasil com a rua Duque de Caxias, em 1966, e forte nevasca na época. Na esquina, a casa de comércio dos Rezzieri, atual prédio do Banco do Brasil e da Câmara de Vereadores. Mais acima, o Hotel Avenida.
Acervo de Alcides Dal Alba Scariotti



Cogitava-se a possibilidade de lotear toda a área destinada à praça, espaço já muito utilizado na época. Este assunto tomou conta da população e, principalmente, dos meios político e religioso. Porém, tal ação não se concretizou e, em 1975, foi construída a praça em frente à Igreja Matriz.

Estava em construção uma das maiores obras de São Lourenço do Oeste, a Igreja Matriz, edificação imponente, no centro da cidade, em local privilegiado. Obra grandiosa para a época, proporcional à visão dos primeiros moradores, que vislumbravam uma cidade promissora que se expandiria em poucas décadas, como de fato tem acontecido.



Celebração da chegada da imagem de Nossa Senhora Aparecida, em 25 de abril de 1966. Igreja Matriz quase concluída.

Acervo de Alcides Dal Alba Scariotti



Celebração na Igreja Matriz, recém inaugurada – 1966. Em primeiro plano, a área reservada à “praça”.
Acervo de Alcides Dal Alba Scariotti

O poder público não poderia furtar-se em colaborar financeiramente com esta obra, até porque a maioria dos moradores da época era católica e a religiosidade era fator preponderante na cultura e nos hábitos das famílias. Com a aprovação da Lei nº 14, de 04 de agosto de 1964, o Executivo efetuou abertura de crédito especial no orçamento do município, no valor de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), para auxiliar na construção da Igreja. A inauguração aconteceu no dia 24 de julho de 1966, com ampla programação religiosa e participação de autoridades religiosas, civis, militares e população.



*Igreja Matriz inaugurada no dia
24 de julho de 1966.
Foto de 75/76.
Acervo de Olga Abatti Lopes*

Hospital da Fundação

Em 1964, um grupo de empresários, liderados por Francisco Oreste Libardoni, Alésio Fin e Lídio Sutilli, fundou e construiu o “Hospital Beneficente São Roque”, usando títulos vendidos a acionistas, principalmente a agricultores. Localizava-se na esquina das ruas Gílio Rezzieri e Duque de Caxias, onde atualmente se encontra a agência do INSS. Neste mesmo ano, a Lei nº 09, de 06 de maio de 1964, reconheceu o Hospital Beneficente São Roque de utilidade pública.

São Lourenço do Oeste contava, então, com dois hospitais, situação que perdurou até meados de 2000, quando o Hospital e Maternidade São Lourenço foi desativado. Em 2005, este foi alugado pelo município e transformado em Policlínica Municipal de Saúde, cuja inauguração aconteceu no dia 10 de março de 2006.

Em 1966, o médico Luiz Macarini começou atuar no Hospital Beneficente São Roque e adquiriu a maioria das quotas da sociedade. Dez anos mais tarde vendeu-o ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais que o transformou em “Fundação Médico Assistencial ao Trabalhador Rural”, popularmente chamado de “Hospital da Fundação”. Em 1981 foi construído o novo prédio, de alvenaria, na rua Coronel Bertaso, onde funciona até hoje.



Hospital da Fundação, rua Gílio Rezzieri, esquina com a rua Duque de Caxias, pouco antes de ser demolido. Foto extraída do livro História de São Lourenço do Oeste e do Oeste Catarinense, de autoria de João David Folador





Fundação Hospitalar de Assistência ao Trabalhador Rural – “Hospital da Fundação”, rua Coronel Bertaso, esquina com a rua 7 de Setembro.
Acervo Hospital da Fundação

Como a cidade se expandia e as necessidades de infra-estrutura também, especialmente as relacionadas à energia elétrica e às comunicações, a Câmara de Vereadores aprovou, em novembro de 1964, o projeto do Executivo Municipal que criou o Departamento Municipal de Energia e Comunicações, entidade autônoma, subordinada ao Prefeito, que tinha a seu cargo os serviços de fornecimento e de distribuição de energia elétrica e os de comunicações telefônicas no município.

As atividades legislativas de 1965 iniciaram com a eleição da Mesa Diretora e as Comissões de Trabalho que foram assim compostas:

– Mesa Diretora:

Presidente: Idio Pazini Bastezini – UDN;
Vice-presidente: Honório Antônio Bottega – PTB;
1º Secretário: Francisco Oreste Libardoni – PTB; e
2º Secretário: Justino José Tietbohl – PSD.

- Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis:

Honório Antônio Bottega, Francisco Oreste Libardoni e Reinaldo Scheid.

- Comissão de Finanças Orçamentos e Contas do Município:

Honório Antonio Bottega, Francisco Oreste Libardoni, Olímpio Arcádio Bombassaro,
Justino José Tietbohl, Atílio Ferreira Bueno e Reinaldo Scheid.

- Comissão de Educação, Assistência Social e Obras Públicas:

Olímpio Arcádio Bombassaro, Atílio Ferreira Bueno e Honório Antônio Bottega.

- Comissão Permanente:

Honório Antonio Bottega, Atílio Ferreira Bueno e Justino José Tietbohl.



O ano foi de poucas atividades legislativas, pois os vereadores reuniam-se por ocasião de convocações do Executivo ou em ocasiões necessárias para apreciação de matérias.



Vista aérea da cidade de São Lourenço do Oeste – 1966.

Instauração do bipartidarismo no Brasil

Em outubro de 1965, o Presidente da República, Castello Branco, editou o Ato Institucional nº 2 que, entre outras medidas, pôs fim ao multipartidarismo. “Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros”, dizia o artigo 18 do AI-2. Cerca de um mês depois, regulamentando o AI-2, o governo decretou o Ato Complementar nº 4. Segundo este decreto, o Congresso Nacional teria 45 dias para criar organizações que funcionariam como partidos políticos, enquanto as legendas não estivessem formalmente constituídas. A criação dos novos partidos, portanto, ocorreu a partir do Congresso e não pela via extra-parlamentar, ou seja, pela organização política da sociedade.

Doravante, passou a ser permitida apenas a existência de duas associações políticas nacionais, sem a denominação de “partido”. Então, no início de 1966, foram organizadas as duas associações políticas que dividiriam a cena política brasileira dos anos seguintes: o Movimento Democrático Brasileiro – MDB e a Aliança Renovadora Nacional – ARENA. De um modo geral, o MDB assumiu o papel de partido de oposição, enquanto a ARENA tornou-se o partido do governo. A partir desse momento, as diversas correntes políticas, antes divididas nas diferentes legendas, foram obrigadas a se filiar a uma ou à outra associação.

O fim do pluripartidarismo não apenas fortaleceu o Poder Executivo, em detrimento do Legislativo, como também ajudou a criar uma legenda de apoio ao governo, suficientemente forte sob o ponto de vista político. A consequência imediata foi a composição heterogênea das duas legendas, que passaram a abrigar, em alguns casos, políticos que, antes do golpe militar, estavam em lados opostos. No caso do MDB, a tônica geral do partido, ao longo de toda a ditadura, foi a luta pela redemocratização. As diversas correntes emedebistas, embora tivessem posições políticas divergentes, seguiram relativamente unidas no combate ao regime militar e na defesa do restabelecimento da democracia.

Com a edição da Lei Federal nº 6.767, de 29 de dezembro de 1979, o Congresso decretou o fim do bipartidarismo e abriu espaço para a reorganização de um novo sistema multipartidário.

Para o ano de 1966, a Mesa Diretora e as Comissões da Câmara de Vereadores foram assim formadas:

– Mesa Diretora:

Presidente: Atílio Ferreira Bueno;
Vice-presidente: Honório Antônio Bottega;
1º Secretário: Reinaldo Scheid; e
2º Secretário: Francisco Oreste Libardoni.

São Lourenço do Oeste

– Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis:

Ídio Pazini Bastezini, Honório Antônio Bottega e Justino José Tietbohl.

– Comissão de Finanças Orçamentos e Contas do Município:

Ídio Pazini Bastezini, Francisco Oreste Libardoni, Reinaldo Scheid, Honório Antônio Bottega e Olímpio Arcádio Bombassaro.

– Comissão de Educação, Assistência Social e Obras Públicas:

Justino José Tietbohl, Francisco Oreste Libardoni e Olímpio Arcádio Bombassaro.

– Comissão Permanente:

Reinaldo Scheid, Francisco Oreste Libardoni e Justino José Tietbohl.

Devido ao acelerado crescimento da cidade foi criada, em 1966, a legislação para a realização de obras de pavimentação das ruas. Procedimento este sem ônus direto aos cofres públicos, mas em acordo com os proprietários urbanos interessados nestes serviços. Aos proprietários cabia firmar contrato com empresas ou firmas empreiteiras e, à prefeitura, o fornecimento das demarcações de alinhamento e de nivelamento das ruas, ou trechos de ruas a serem calçadas.

Somente em 1969, no mandato de José Ebling, foram efetivadas as obras de calçamento, mediante contrato com proprietários dos lotes urbanos. O primeiro trecho a ser calçado foi das proximidades da rodoviária municipal até o Posto Texaco, dos Libardoni, na Avenida Brasil.

Ainda no mandato 63/66 foi criado um conjunto de leis que incidiam sobre todos os lotes urbanos, com objetivo de acelerar as atividades pertinentes às melhorias do perímetro urbano.



Vista da praça central, na Avenida Brasil. Procissão no início de 1966. À esquerda, a Igreja Matriz em fase de conclusão.
Acervo de Alcides Dal Alba Scariotti

Avenida Brasil coberta por forte nevasca – 1966. À direita, o Hotel Avenida e a praça central.
Acervo de Alcides Dal Alba Scariotti



Em março de 1966 foi aprovado o projeto de resolução do vereador Demétrio Antônio Broeto para a criação do Posto de Fiscalização na divisa de São Lourenço do Oeste com Quilombo.

No mês de agosto, a Resolução nº 10/66, da Câmara, autorizou o prefeito a adquirir, por financiamento, a aparelhagem para a instalação dos serviços telefônicos em São Lourenço do Oeste, cujos serviços foram iniciados em 1967.

Na sala de recepção do Hotel Avenida, no dia 26 de novembro de 1966, foi realizada uma reunião para a fundação do Setor São Lourenço do Oeste, da Campanha Nacional de Educandários da Comunidade – CNEC, recebendo a denominação de “Escola Técnica de Comércio Jorge Lacerda”. As atividades foram iniciadas em 1967, tendo como local o prédio do Educandário Santa Maria Goretti. Em novembro de 1967, o município adquiriu e doou a área de terra para a construção do prédio próprio da Escola e, por muitos anos, também doou recursos para sua manutenção.



*Colégio Cenecista Jorge Lacerda – CNEC – 2007.
Acervo Escola CNEC*

O Coletor Estadual do posto de São Lourenço do Oeste, Aldo Lemos, faleceu em 17 de dezembro de 1966. Em virtude da ausência do prefeito, o plenário da Câmara autorizou o presidente do Poder Legislativo Municipal a decretar luto oficial por três dias. Anos mais tarde, em homenagem póstuma, foi atribuída denominação de via pública, rua Aldo Lemos.

A Resolução nº 3/66, da Câmara de Vereadores, autorizou o Executivo a adquirir diversas máquinas rodoviárias.

*Parque de máquinas do município, em 1964/1965, localizado atrás da prefeitura, na rua João Beux Sobrinho. À esquerda, o prédio da prefeitura que, na época, também abrigava a Câmara de Vereadores e o Fórum da Comarca.
Acervo da família de Zeno Germano Etges*



Eleições municipais para Câmara de Vereadores

Sob o sistema bipartidário, ARENA e MDB, no dia 15 de outubro de 1966, foram realizadas as eleições para a Câmara de Vereadores.

Foram eleitos os seguintes vereadores e empossados no dia 31 de janeiro de 1967:

- pela ARENA: José Ebling – 327 votos, Eulivo Antonio Pastre – 229 votos e Euclides Fontana – 136 votos.
- pelo MDB: Orlando Bessegatto – 256 votos, Lídio Sutilli – 181 votos, Dionísio Biazussi – 177 votos e Honório Antonio Bottega – 169 votos.

Nesta Comarca atuaram as seguintes autoridades durante a legislatura 1963/1966:

Juízes: Alamir Boaventura Cabral Faria e Waldemiro Simões de Almeida.

Promotores de justiça: João Almir Silveira, Jairo Borges Sprotte e Jádel da Silva.

Escrivã: Leonilda Bernardi.

Delegado de polícia: 1º Tenente da PM, Aldo de Souza.

Alda Terezinha Galleazzi e Heinz Hildor Finger exerceram cargos na Câmara de Vereadores durante o mandato.

Biografias

Prefeitos

JOSÉ EBLING

Prefeito no 1º mandato do Executivo – 1959/1963

Prefeito no 3º mandato do Executivo – 1969/1972

Vereador titular na 3ª legislatura – 1967/1969

Vice-prefeito no 9º mandato do Executivo – 1997/2000

Nasceu no dia 29 de maio de 1916, em São Pedro do Sul – RS. É filho de José Cândido Ebling e de Ana Fausta Ebling, irmão de Frederico, Emilia e Carlos (todos in memorian). Casou-se com Elma Luiza Tietbohl, que faleceu após 36 anos de convivência. Casou-se novamente com Júlia Graf.

Aos 18 anos, José Ebling apresentou-se como voluntário para servir o Exército na cidade de Santa Maria, no 5º Regimento de Artilharia Montada, onde prestou serviços por cinco anos, com baixa em 1939, como Sargento. Nessa época, a família já residia na cidade de Taquara, sede da Inspetoria de Terras e Colonização do Leste, Órgão da Secretaria de Estado da Agricultura.

Por intermédio de seu pai conseguiu emprego como ajudante de corda, ou seja, puxador de trena e anotador de medidas. Aperfeiçoou-se e tornou-se um profissional de destaque na área de agrimensura, atividade desempenhada até os dias de hoje.

Chegou a São Lourenço do Oeste no mês de abril de 1952 para trabalhar na Companhia Colonizadora Saudades e, em 1954, ingressou na vida política. Em 1955 foi convidado pelo prefeito de Chapecó, Plínio Arlindo de Nêz, para ocupar o cargo de sub-prefeito do Distrito de São Lourenço, o qual permaneceu até 1957, quando solicitou demissão por ter desentendimentos com o prefeito.



Com a emancipação de São Lourenço do Oeste, e por indicação da convenção municipal do Partido Social Democrata, concorreu à primeira eleição, em 1958, sendo o primeiro prefeito eleito no município, com mandato de 1959 a 1963. Para sua sucessão, José Ebling conseguiu consenso para indicação de candidato único, o senhor Zeno Germano Etges.

Nas eleições de 1966 concorreu à Câmara de Vereadores e foi o vereador com maior número de votos.

Nas eleições seguintes concorreu novamente ao cargo de prefeito e doutor Bruno compunha a chapa como candidato a vice-prefeito, eleitos para o período de 1970 a 1973.

Nas eleições municipais de 1996 para o mandato 1997/2000 elegeu-se vice-prefeito na chapa com o prefeito Cairu Hack, período em que comandou a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura.

Durante seus mandatos de prefeito propôs ações para o desenvolvimento do município e para o crescimento da cidade. Com visão de empreendedor, deu rumo ao progresso de São Lourenço do Oeste, pois atuou efetivamente em todas as áreas da administração.

Sempre foi atuante na comunidade e na política e, aos 88 anos, participou do pleito eleitoral de 2004, concorrendo à Câmara de Vereadores, pelo Partido Progressista - PP, resultado que lhe deu a condição de suplente no mandato 2005/2008.

Atualmente, José Ebling trabalha ativamente como agrimensor em seu escritório residencial, nesta cidade.

A Câmara de Vereadores conferiu-lhe Diploma de Honoris Causa, pelo Decreto Legislativo nº 388, de 16 de maio de 1996 e o Título de Cidadão Honorário, pelo Decreto Legislativo nº 610, de 30 de outubro de 2006.

ZENO GERMANO ETGES

**Prefeito no 2º mandato do Executivo – 1964/1969
Vereador titular na 5ª legislatura – 1973/1976**

Nasceu no dia 26 de julho de 1919, em Alto Boa Vista, município de Santa Cruz do Sul – RS. É filho de Mathias Pedro Etges e de Otilia Francisca Etges. Cursou a escola primária na localidade de Nossa Senhora Auxiliadora e, posteriormente, transferiu-se para Itapiranga -SC, onde concluiu o primário, com 12 anos.

Como voluntário, em 1º de maio de 1940, iniciou sua prestação de Serviço Militar no 8º Batalhão de Caçadores, em São Leopoldo – RS.

Casou-se aos 23 anos, em 28 de janeiro de 1943, com Ilka Hoffmann, e tiveram três filhos, Gessi, Agenor e Geraci. Mudaram-se para Sede Crissiumal, em 16 de maio do mesmo ano.

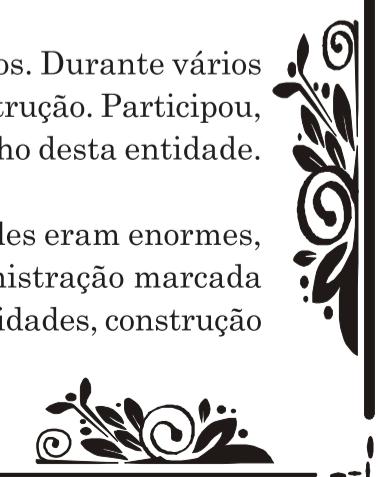
Veio para São Lourenço do Oeste no ano de 1953. Em contato com o coletor Bruno Hack comprou um depósito com fábrica de gasosa, tocada a manivela.

Em 08 de fevereiro de 1954 casou-se com Iracema Morais de Souza, com quem teve os filhos Algélio, Aurélia, Ailton, Áurea, Adaide e Agheda.

Em 23 de outubro de 1957 estabeleceu-se com a família na área em que existia o depósito da firma Etges & Cia Ltda. Este comércio estendeu-se aos municípios de Campo Erê e de Galvão e, durante muitos anos, foi o único comércio de bebidas, com exclusividade da Brahma desde 1958.

Aqui também organizou seu conjunto musical Vida Alegre para animar festas e fandangos. Durante vários anos consecutivos foi presidente da Igreja Católica local e presidente da comissão para a sua construção. Participou, também, da presidência do Clube Recreativo Araucária e diversas vezes como membro do conselho desta entidade.

No dia 06 de outubro de 1963 foi eleito prefeito com mandato de cinco anos. As dificuldades eram enormes, muito a fazer e os recursos eram escassos. Com muita dedicação conseguiu realizar uma administração marcada por obras significativas, como: aumento do parque de máquinas, construção de escolas nas comunidades, construção da fábrica de tubos de concreto, implantação do serviço telefônico municipal e comando de um movimento junto ao Governo Estadual para a construção da rede de alta tensão diretamente da Usina Anoni, de Xanxerê.



Vereadores

ATILIO FERREIRA BUENO

Vereador titular na 2ª legislatura – 1963/1966
Vereador suplente na 3 legislatura – 1967/1969



Nasceu no dia 28 de outubro de 1923, em Passo Fundo – RS. É filho de Manoel Ferreira Bueno e de Oceania Lorentz Ferreira, irmão de Oraide, Oraizi, Rozimbo, Orintina, Laide, Ini, Eloine e Janir. Casou-se em 1947, com Marcelina Bernardi, no Rio Grande do Sul, com quem teve cinco filhos, Jaci, Clovis – *in memoriam*, Jair, Ivete e Sezarlei.

Chegou a São Lourenço do Oeste no ano de 1961, fixando residência no Distrito de Novo Horizonte e, em 1968, mudou-se para a cidade a fim de possibilitar que os filhos estudassem na Escola Sóror Angélica.

Com 264 votos foi eleito vereador pelo Partido Social Democrata - PSD, em 1962. Concorreu também às eleições de 1966 e ficou na condição de suplente, cargo assumido por alguns períodos do mandato 1967/1969.

A Câmara conferiu-lhe o Diploma de Honoris Causa, pelo Decreto Legislativo nº 388, de 16 de maio de 1996. Também foi homenageado pela Lei nº 1.441, de 16 de dezembro de 2003, com o nome da **Rua Atílio Ferreira Bueno**, no Loteamento Livi.

FRANCISCO ORESTE LIBARDONI

Vereador titular na 2ª legislatura – 1963/1966
Deputado federal por 03 mandatos – 1971/1983



Francisco Oreste Libardoni nasceu no dia 21 de janeiro de 1931, em Nova Petrópolis – RS. É filho de Paulo Libardoni e de Benedita Lazzarotto Libardoni. Casou-se com Irma Echer, em outubro de 1949, com quem teve seis filhos, Renato, Rui, Marlene, Milton, Alice e Salete.

Chegou a São Lourenço do Oeste no dia 09 de maio de 1949, juntamente com seu pai e demais membros da família, a terceira a fixar residência no município. Hospedaram-se em uma casinha de madeira coberta com folhas de coqueiro que, posteriormente, foi refeita com madeira de bracatinga. Quando se instalaram definitivamente construíram uma capela.

Aqui exerceu atividades no comércio, na agricultura e na agropecuária.

Foi vereador na 2ª legislatura e o pequeno subsídio que recebia como vereador doou à comunidade, à igreja e às escolas. Passados dois anos do mandato, o Presidente da República, Castelo Branco, cortou o salário dos vereadores. Ainda como vereador ajudou na construção da igreja, de hospitais, de colégios e do Clube Recreativo Araucária.

Permaneceu em Brasília por doze anos para exercer três mandatos de deputado federal, no período de 1971 a 1983. Apresentou dezenas de projetos e foi um dos deputados que mais discursou, ou seja, fez 424 discursos e apresentou 124 projetos de lei. Foi, também, Secretário de Estado do Oeste no governo de Pedro Ivo Campos, no período de 1987-1991.

Concorreu ao cargo de prefeito nas eleições de 1966, perdendo para José Ebling, com a diferença de 571 votos.

Em abril de 2008 assumiu a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, com sede em São Lourenço do Oeste.

A Câmara conferiu-lhe o Diploma de Honoris Causa, pelo Decreto Legislativo nº 388, de 16 de maio de 1996.

HONÓRIO ANTÔNIO BOTTEGA

Vereador titular na 2ª legislatura – 1963/1966

Vereador titular na 3ª legislatura – 1967/1969

Vice-prefeito no 5º mandato do Executivo – 1977/1982



Nasceu no dia 19 de novembro de 1926, em Montenegro – RS. É filho de Gregório Bottega e de Matilde Bottega, irmão de Beatriz, Maria, Olimpio, Olinda, Irma, Luiz, Constante e Lírio. Casou-se com Luiza, com quem teve sete filhos, Salete, Valdir, Leonir, Odete, Antoninho, Valdocir e Marcia.

Chegou a São Lourenço do Oeste no dia 17 de abril de 1958 e residiu na localidade de Santa Lúcia, atual município de Novo Horizonte, onde atuou no comércio.

Foi vereador titular nos períodos de 1963 a 1966, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, com 117 votos, e no período de 1967 a 1969, pelo Movimento Democrático Brasileiro - MDB, com 169 votos. Eleger-se vice-prefeito na chapa com Dionísio Biazussi, período de 1977 a 1982.

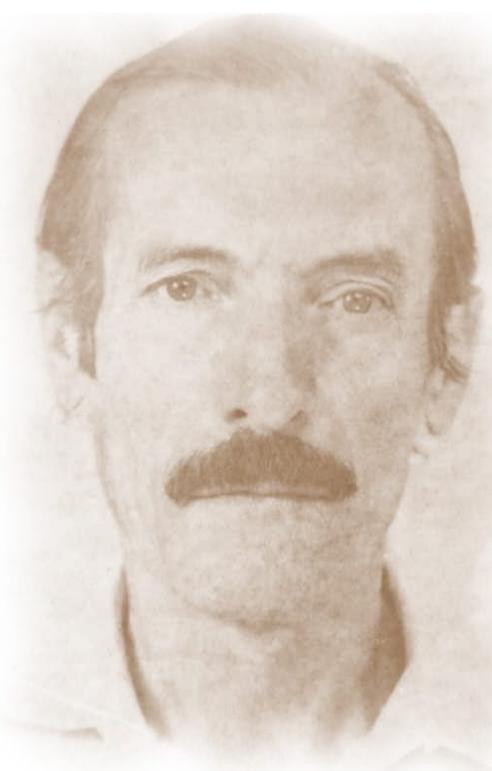
Exerceu as lideranças de diretor da capela e do Esporte Clube de Novo Horizonte.

Honório faleceu no dia 05 de fevereiro de 1989.

Em 16 de maio de 1996 foi-lhe concedida homenagem póstuma, pelo Decreto Legislativo nº 388/1996. Pela Lei nº 847, de 22 de dezembro de 1993, foi homenageado com o nome da **Rua Honório Antônio Bottega**, no loteamento Martinello, bairro Santa Catarina.

IDIO PAZINI BASTEZINI

Vereador titular na 2ª legislatura – 1963/1966



Idio Pazini Bastezini nasceu no dia 29 de agosto de 1929, em Encantado – RS. Filho de Antonio Bastezini e de Josefina Pazini Bastezini, tinha oito irmãos: Pedro, Armelindo, Luizildo, Domingo, Ivo, Etilvina, Maria e Adelina. Casado com Tereza Amélia Coradi, tiveram três filhos, Jovilde, Deolino e Cecília.

Chegou a São Lourenço do Oeste no ano de 1956, aos 27 anos, instalando-se na atual Linha Taquari. Comerciante, agricultor e granjeiro, por longos anos dedicou-se à agricultura e conheceu os problemas enfrentados no campo, razão pela qual foi um defensor dos interesses da classe rural.

Pertenceu às fileiras da extinta União Democrática Nacional - UDN, partido que foi uma das três grandes forças do passado político. Membro influente do partido, Idio fez parte do seu diretório e, sob sua legenda, concorreu a vereador nas eleições de 1963. Com 62 votos assumiu pela primeira vez a cadeira de vereador, no dia 05 de fevereiro de 1963, e foi eleito presidente da Câmara de Vereadores.

No ano de 1965 voltou como presidente e, durante seu mandato, foi um defensor intransigente dos interesses do município e das reivindicações da comunidade. Aprovou todas as medidas que se dirigissem a esses objetivos, sem se preocupar com suas origens e com as diferenças partidárias.

Candidato à reeleição em 1966, sob a legenda emedebista, Idio Pazini Bastezini ficou suplente de sua bancada, porém não assumiu a vereança.

Pelo Decreto Legislativo nº 388/1996, de 16 de maio de 1996, foi-lhe concedida homenagem póstuma.



JUSTINO JOSE TIETBOHL

Vereador titular na 1ª legislatura – 1959/1962
Vereador titular na 2ª legislatura – 1963/1966



Gaúcho da cidade de Torres – RS, Justino José Tietbohl nasceu em 10 de agosto de 1925. É filho de Justino Alberto Tietbohl e de Albertina Jacoby Tietbohl, irmão de Adelina, Elsa, Luiza e João. Casou-se aos 22 anos com Edilia Bobsin, no dia 25 de outubro de 1947, no município de Osório – RS e, desta união, nasceu Janete Bobsin Tietbohl.

Em 1954 Justino e sua família mudaram-se para São Lourenço do Oeste.

Na eleição de 03 de outubro de 1958 foi eleito vereador, com 136 votos, pelo Partido social Democrata - PSD. Como Presidente da Câmara de Vereadores assumiu o cargo de prefeito no período de 20 de agosto a 20 de outubro de 1961, durante a licença do prefeito José Ebling. Nas eleições municipais de 1962 foi reeleito vereador, com 111 votos, também pelo PSD.

Em 10 de julho de 1961 faleceu sua esposa, dona Edilia.

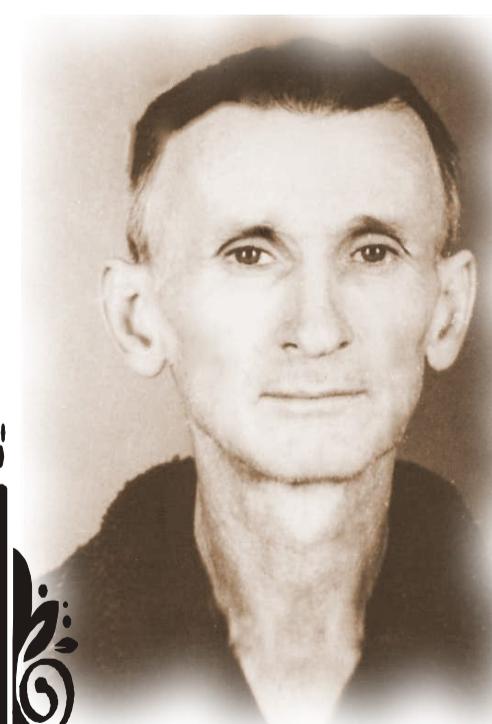
No dia 18 de abril de 1964 casou-se com Maria de Lourdes Reinher, com quem teve 02 filhos: Justino Alberto e José Erasmo.

Justino José Tietbohl foi também Escrivão de Paz do distrito de Presidente Juscelino até 19 de fevereiro de 1970, data do seu óbito.

A Lei nº 880, de 26 de outubro de 1994, homenageia-o com o nome da Rua Justino José Tietbohl, no Loteamento Bett. Em 15 de junho de 1996 foi-lhe concedida homenagem póstuma, pelo Decreto Legislativo nº 388/1996.

OLIMPIO ARCÁDIO BOMBASSARO

Vereador titular na 2ª legislatura – 1963/1966



Olimpio Arcádio Bombassaro nasceu no dia 12 de janeiro de 1911, em Caxias do Sul – RS. É filho de Adão Bombassaro e de Regina Bombassaro. Casou-se com Graciosa Maria, com quem teve sete filhos, Lurdes, Nadir, Domingo, Clementina, Ivo, Salete e Rosalina.

Quando chegou a São Lourenço do Oeste fixou residência em São Valentim, atual Presidente Juscelino. Foi vereador de 05 de fevereiro de 1962 a 31 de janeiro de 1967.

Participou ativamente da vida comunitária, especialmente em sua localidade, como membro do Clube Vasco da Gama e da diretoria da Igreja.

No dia 15 de junho de 1996, a Câmara de Vereadores concedeu-lhe o “*Título de Honoris Causa*”, em gratidão por sua bravura e por sua dedicação ao município. Pela Lei nº 1.658, de 26 de abril de 2007, foi homenageado com o nome da **Rua Olímpio Arcádio Bombassaro**, no Loteamento Industrial Efaislo. Já a Lei 1.636, de 21 de dezembro de 2006, homenageou-o com a **Taça Olímpio Arcádio Bombassaro de Futebol de Campo 2006**.

REINALDO SCHEID

Vereador titular na 2ª legislatura – 1963/1966



Nasceu no dia 07 de janeiro de 1922, em Lageado – RS. É filho de Jacob Scheid Sobrinho e de Maria Otilia Hennam, irmão de Arno, Paulo, Otmar, Ivo, Urbano, Walesca, Maria Elisa, Ioda e Nilo. Casou-se com Frieda, com quem teve seis filhos, Liselote, Ana, Vera, Maria, Marco e Ivo.

Reinaldo chegou a São Lourenço do Oeste no ano de 1957. Formou-se em contabilidade e trabalhou na Empresa Colonizadora Saudades.

Foi vereador no período de 1963 a 1966, com 176 votos. Contribuiu para o crescimento do município. Depois de aposentado continuou a trabalhar como gerente de uma empresa no ramo de equipamentos de segurança do trabalho.

Reinaldo faleceu no dia 30 de dezembro de 1994, em Porto Alegre – RS, onde residia.

Suplentes de vereador

DEMÉTRIO ANTONIO BROETO

Vereador suplente na 2ª legislatura – 1963/1966

Vereador suplente na 3ª legislatura – 1967/1969

Nascido no dia 07 de abril de 1934 na cidade de Joaçaba – SC. É filho de Demétrio Broetto e Virginia Righi Broetto, irmão de Zacarias, Danunsio, Edwis, Maria, Olívio e Aldina. Casou-se com Lurdes Broetto, com quem teve três filhos, Jaqueline, Diógenes e Janaine.

Ocupou o cargo público de guarda fiscal, passando a agente fiscal da Receita Estadual de Santa Catarina.

Demétrio residiu em São Lourenço do Oeste até seu falecimento, no ano de 1976.

INOCENTE PAGANI

Vereador suplente na 1ª legislatura – 1959/1962

Vereador suplente na 2ª legislatura – 1963/1966

Nasceu no dia 16 de abril de 1899, em Criciúma – SC. Filho de Ambrósio Pagani e de Paschoalina Pagani. Foi casado com Henriqueira Teresa Bristot com quem teve 18 filhos. É irmão de Augusto, Rosa, José e Letícia.

Chegou a São Lourenço do Oeste no mês de setembro de 1948 e fixou moradia na atual rua Guilherme Hack. Mais tarde comprou terras na cabeceira do Rio São Lourenço, Linha Campinas, local em que residiu até sua morte, em 10 de setembro de 1975.

Concorreu à Câmara de Vereadores, nos pleitos de 1958 e de 1962, ficando na condição de suplente, o que lhe possibilitou assumir a função de vereador em diversos períodos nos mandatos de 1959 a 1962 e de 1963 a 1966.

Colaborou na construção da primeira capela, onde hoje é a Igreja Matriz, além de ajudar na edificação de outras duas capelas, em 1949.

Recebeu o nome da Rua Vereador Pagani, no Distrito de Leoberto Leal, hoje Frederico Wastner, pela Resolução nº 10, de 20 de novembro de 1962. Em 15 de junho de 1996 foi-lhe concedida homenagem póstuma pelo Decreto Legislativo nº 388/1996.



ROBERTO WOLKMER FILHO

Vereador suplente na 2ª legislatura – 1963/1966

VITÓRIO DALL'AGNOL

Vereador suplente na 2ª legislatura – 1963/1966



Nasceu no dia 10 de abril de 1924, em São Sebastião do Caí – RS. Filho de Luiz Dall'Agnol e de Carolina Moschen Dall'Agnol, irmão de Maximiliano, Armando, Sildo, Leonora, Deobaldina, Ertá, Vilma e Neusa. Casou-se com Alma Luiza, com quem teve dez filhos, Almelho, Vilamir, Flavio, Jaquesan, Elmi, Eleni, Maria, Luiza, Ivete e Vânia.

Vitório chegou a São Lourenço do Oeste no dia 09 de outubro de 1952 e residiu em uma chácara da Linha São João.

Assumiu a vereança em períodos de 1965 e de 1966.

Foi delegado distrital, um dos fundadores do Clube Recreativo Araucária e também da Igreja Matriz.

Foi homenageado com o nome da **Rua Servidão Vitório Dall'Agnol**, pela Lei nº 1.458, de 22 de abril de 2004.

Servidora

ALDA TEREZINHA GALEAZZI – Diretora da Secretaria da Câmara



Alda Terezinha Galeazzi é filha de Silvino Francisco e de Leodovina Galeazzi. Nasceu no dia 03 de dezembro de 1934, em Passo Fundo – RS. Seus irmãos são: Iria, Lurdes, Dulce, Antonio, Ilce, Arcênio, Dair, Flademir, Julcemir, Rute e Sonia.

No dia 26 de setembro de 1956, Alda mudou-se para São Lourenço do Oeste, no local onde hoje está instalada a Empresa Toke Final, na rua Ernesto Beuter.

Atuou como professora durante sete anos, no período de 1956 a 1963.

No dia 23 de fevereiro de 1959, o presidente da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, vereador Valentin Rosso, nomeou Alda, a primeira funcionária do Poder Legislativo, para assumir o cargo de Secretária da Câmara, por ela ocupado até novembro de 1961 e, posteriormente, transformado em Diretor da Secretaria.

Além de professora e Secretária da Câmara, também trabalhou como tesoureira da prefeitura no período de 1959 a 1962.

Governador de Santa Catarina durante o mandato municipal 1963/1966

Celso Ramos – 1961/1966

Vice: Francisco Xavier Fontana



Assumiu em 31 de janeiro de 1961. Em 30 de junho de 1963, Celso Ramos viajou para fora do país e Ivo Silveira, presidente da Assembléia Legislativa, assumiu o governo até o dia 01 de agosto de 1963.

O fato de o PSD contar com a maioria dos votos na Assembléia Legislativa permitiu que seu governo realizasse todas as obras planejadas. **Inaugurou o banco estatal (BESC), uma universidade (UDESC), uma concessionária de energia (CELESC) e um fundo de desenvolvimento (o FUNDEC)**. Foi o primeiro Estado brasileiro a elaborar o orçamento plurianual. Foram construídas milhares de escolas e dezenas de ginásios e criadas a ERUSC (Empresa de Eletrificação Rural de Santa Catarina) e a Secretaria dos Negócios do Oeste.

Durante o governo de Ramos, o Estado de Santa Catarina foi escolhido como sede do encontro regional dos três estados do Sul com os governadores Leonel Brizola - RS e Ney Braga - PR. A reunião aconteceu no Palácio Rosado, hoje Palácio Cruz e Sousa, em Florianópolis.

Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina

Presidentes da República durante o mandato municipal 1963/1966

Décimo sétimo período de Governo Republicano

31.01.1961 a 01.04.1964

1ª fase: 31.01.1961 a 25.08.1961 (06 meses e 26 dias)

Presidente Jânio da Silva Quadros

Vice-Presidente João Belchior Marques Goulart



Nascimento: Campo Grande - MS, em 25.01.1917

Profissão: Advogado

Idade ao assumir: 44 anos

Tipo de eleição: direta

Alcançou a presidência da república, em 1961, após uma meteórica ascensão política e provocou uma das mais graves crises políticas da história do país, que culminou com o golpe militar de março de 1964, renunciando seis meses após sua posse. Morreu em São Paulo, em 16 de fevereiro de 1992.

Décimo sétimo período de Governo Republicano

31.01.1961 a 31.01.1966

2ª fase: 25.08.1961 a 08.09.1961 (14 dias)

Presidente Paschoal Ranieri Mazzilli



Nascimento: Caconde - SP, em 27.04.1910

Falecimento: São Paulo-SP, em 21.04.1975

Profissão: Advogado/Jornalista

Idade ao assumir: 51 anos

Observação: Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, assumiu interinamente a Presidência da República, em virtude da renúncia do titular e da ausência do Vice-Presidente, em viagem à República Popular da China, até que se resolvesse a crise política gerada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros.

Décimo sétimo período do Governo Republicano

31.01.1961 a 31.01.1966

Fase Parlamentarista: 08.09.1961 a 24.01.1963 (01 ano, 04 meses e 15 dias)

Presidente João Belchior Marques Goulart



Nascimento: São Borja-RS, em 01.03.1918

Falecimento: Mercedes-Corrientes-Argentina, em 06.12.1976

Profissão: Advogado

Idade ao assumir: 43 anos

Posse: em 08.09.1961, em sessão conjunta do Congresso Nacional.

Na mesma sessão, toma posse o Primeiro Gabinete Parlamentarista, presidido por Tancredo Neves.

Observação: João Goulart, ao retornar ao país, assumiu a Presidência da República com seus poderes limitados. Após a introdução do Parlamentarismo, o Presidente foi levado perante o Congresso Nacional, em 07 de setembro de 1961, a comprometer-se a cumprir a Constituição da República, a fim de ser investido no cargo vago, devido à renúncia de Jânio Quadros, conforme consta do **Termo de Compromisso**.

Com o golpe militar em 31 de março 1964 foi deposto e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos, exilando-se no Uruguai. Morreu no exílio, em sua estância de La Vella, perto de Mercedes, Argentina, e foi sepultado em São Borja – RS.



**Governo Provisório
02.04.1964 a 15.04.1964**

Presidente Paschoal Ranieri Mazzilli



Nascimento: Caconde - SP, em 27.04.1910
Falecimento: São Paulo-SP, em 21.04.1975
Profissão: Advogado/Jornalista
Período de Governo: 02.04.1964 a 15.04.1964 (13 dias)
Idade ao assumir: 54 anos
Posse: O caráter transitório do segundo mandato presidencial de Ranieri Mazzilli dispensou a cerimônia e o assentamento da sua posse no Livro de Posse.

Observação: Após a vitória do Movimento Revolucionário de 31 de março de 1964, por convocação do Congresso Nacional, como Presidente da Câmara dos Deputados assumiu a Presidência da República e anunciou a vacância do cargo. No dia 15 de abril de 1964 entregou o cargo de Presidente da República ao primeiro Governo da Revolução, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

**Décimo oitavo período de Governo Republicano
15.04.1964 a 15.03.1967**

Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, Marechal



Nascimento: Messejana (Fortaleza)-CE, em 20.09.1900
Falecimento: Mondumbim (Fortaleza)-CE, em 18.07.1967
Profissão: Militar (Marechal)
Período de Governo: 15.04.1964 a 15.03.1967 (02a 11m)
Idade ao assumir: 64 anos
Tipo de eleição: indireta
Votos recebidos: 361 (trezentos e sessenta e um)
Posse: em 15.04.1964, em sessão conjunta do Congresso Nacional, presidida pelo Senador Auro Soares Moura Andrade, a fim de completar o quinquênio em 31.01.1966.

Observação: A Emenda Constitucional nº 09, de 22.07.1964, prorrogou os mandatos do Presidente e do Vice-Presidente até 15.03.1967.

Vice-Presidente: José Maria de Alkmim

No ano de 1961 foi criada e implantada a Escola Isolada Municipal Sant'Ana da Bela Vista.

Igreja Adventista do 7º Dia, entidade estabelecida no município durante essa legislatura.

Empresa estabelecida no município durante essa legislatura.

Posto de Combustível Agip

Leis

Lei nº	Ementa		
106 de 17/12/1963	Autoriza adquirir motoniveladora.	36 de 08/02/1965	Atualiza a demarcação de Zonas no Perímetro urbano e Sub-Urbano da cidade de São Lourenço do Oeste.
107 de 03/02/1963	Autoriza firmar convênio para construção de Prédios Escolares.	37 de 08/02/1965	Dá nova redação a Lei nr. 5/59 – Define o Imposto Predial.
108 de 06/02/1963	Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 72/61.	39 de 08/02/1965	Define o Imposto Territorial Urbano e Sub-Urbano. Alterada pela Lei nº 48/65
109 de 06/02/1963	Altera o art. 3º da Lei nº 81/62.	40 de 03/02/1965	Altera incidência da Taxa de Limpeza Pública - Lei nº 39/59.
110 de 06/02/1963	Altera os valores dos lotes urbanos e chácaras para efeito de cobrança do Imposto Territorial, urbano e suburbano. <i>Revogada pela Lei N° 39/65</i>	41 de 08/02/1965	Altera a Taxa de Melhoramentos, para Taxa de Saneamento.
111 de 27/05/1963	Abre Crédito especial para pagamento de fotografias de eleitores.	44 de 12/05/1965	Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio e receber verbas da Secretaria dos Negócios do Oeste – SC.
112 de 27/05/1963	Eleva os vencimentos de Contador.	45 de 25/09/1965	Cria o Cargo de Inspetor Escolar – no quadro dos funcionários.
113 de 06/08/1963	Dá novos valores aos lotes urbanos da cidade para efeito do Imposto Intervivos.	46 de 25/09/1965	Abre Crédito Especial no montante de Cr\$ 850.000 – para cobertura de despesas efetuadas com fotografias para qualificação eleitoral.
114 de 06/08/1963	Cria Taxa de Melhoria Urbana.	47 de 25/02/1965	Revoga os itens A e B do Artigo 2º da Lei nr. 8/64.
115 de 06/08/1963	Eleva vencimentos do funcionalismo.	48 de 12/11/1965	Altera valores básicos e época de pagamento do Imposto Territorial Urbano e Sub-Urbano, da Lei nº 39/65.
116 de 03/11/1963	Autoriza associar o município em Consórcio de Desenvolvimento Econômico.	49 de 12/11/1965	Revoga a Lei nr. 2/64, de 21/2/64, e dá nova redação ao artigo 1º da Lei 4/59, de 27/2/59.
117 de 04/09/1963	Autoriza abertura de Crédito Especial.	51 de 13/11/1965	Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1966.
118 de 03/12/1963	Autoriza assinatura de convênio e recebimento de verba.	52 de 13/11/1965	Orça a receita e fixa a despesa do D.M.E.R. para o exercício de 1966.
119 de 04/11/1963	Altera a letra "A" do art. 1ºda Lei nº 10/59.	53 de 13/11/1965	Orça a Receita e fixa a despesa do D.M.E.C. para o exercício de 1966.
120.1 de 03/09/1963	Autoriza abertura de Crédito Especial.	54 de 02/02/1966	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio e a receber verbas da Secretaria dos Negócios do Oeste - SC.
120.2 de 04/11/1963	Autoriza abertura de Crédito Especial.	55 de 02/02/1966	Autoriza os serviços de calçamento nas ruas da cidade.
121 de 04/12/1963	Revoga as Leis nºs 8/59 e 59/60.	56 de 03/02/1966	Eleva o nível de vencimento do funcionalismo municipal.
122 de 04/12/1963	Revoga a Lei nº 12/59.	57 de maio de 1966	Abre Crédito Especial de Cr\$ 1.750.000 - (hum milhão, setecentos e cinqüenta mil cruzeiro)- para atender despesas com o Serviço de Cadastramento Rural, e, com a Vacinação contra a Febre Amarela.
123 de 04/12/1963	Cria a Taxa de Melhoramentos. <i>Revogada pelas Leis nºs 26/64 e 41/65.</i>	60 de 26/08/1966	Autoriza o Poder Executivo a outorgar procuração à Secretaria dos Negócios D'Oeste e dá outras providências.
124 de 05/12/1963	Proposta orçamentária do município para 1964.	61 de 26/08/1966	Cria o Conselho Municipal de Contribuintes
125 de 04/12/1963	Orça a receita e fixa a despesa do DMER para 1964.	62 de 27/08/1966	Define o Imposto Territorial Urbano e Suburbano e dá normas para sua cobrança
126 de 05/12/1963	Cria e regulamenta o Imposto de Licenças. <i>Revogada pela Lei nº 32/64, de 23/11/64.</i>	62 de 27/08/1966	Cria e regula a Taxa de Diversões Públicas.
127 de 04/12/1963	Cria Taxa de Melhoria Rodoviária. <i>Revogada pela Lei N° 26/64.</i>	63 de 24/10/1966	Define a taxa de viação-alinhamento e nivelamento das ruas e praças.
128 de 04/11/1963	Altera a tabela do art. 3º da Lei nº 24/59.	64 de 15/12/1966	Define o Imposto sobre Serviços e dá normas para o seu lançamento e arrecadação.
129 de 11/12/1963	Dispõe sobre a aquisição de máquinas rodoviárias com financiamento.	65 de 1966	Define a Taxa de Serviço de Trânsito, Licenciamento e Fiscalização de Veículos. -
1 de 20/02/1964	Revoga as Leis nº 9/59 e o art. 4º da lei nº 90/62.	66 de 1966	Define a Taxa de Licença e Fiscalização do Comércio Ambulante (compradores e vendedores) e dá normas para sua cobrança.
2 de 20/02/1964	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 4/59. <i>Revogada pela Lei nº 49/65</i>	67 de 1966	Cria Taxa de Fiscalização e Licença de Obras.
3 de 20/02/1964	Regulamenta a incidência do Imposto sobre Diversões Públicas.	68 de 25/10/1966	Cria a contribuição de melhoria e dá outras normas para sua cobrança.
4 de 20/02/1964	Aumenta multa para cobrança de impostos entre um exercício e outro.	69 de 1966	Define o Imposto Predial e dá outras normas para sua cobrança.
5 de 20/02/1964	Autoriza abrir concorrência pública.	70 de 1966	Cria Taxa de Aferição de Pesos e Medidas.
6 de 20/02/1964	Autoriza conseguir empréstimo	71 de 1966	Cria Taxa de Limpeza e Conservação de Via Pública.
7 de 24/02/1964	Revoga a Lei nº 27/59.	72 de 25/10/1966	Define a Taxa de Licença e Fiscalização do Comércio e Indústria.
8 de 06/05/1964	Faz incluir o Imposto de Licença sobre o Comércio Ambulante. <i>Alterada pela 47/65.</i>	73 de 25/10/1966	Define as Taxas sobre os Atos da Economia e Competência do Município.
9 de 06/05/1964	Reconhece de Utilidade Pública o Hospital Beneficente São Roque.	74 de 24/10/1966	Orça a Receita e fixa a despesa do município para 1967.
10 de 06/05/1964	Ceder a Sala da Câmara Municipal para nela funcionar a Escola Noturna		
11 de 06/05/1964	Autoriza o Executivo entrar em entendimento com o Governo do Estado para em troca de reforma, dispor por mais anos o Trator HONOMAG K60.		
12 de 02/05/1964	Altera incidência de Imposto de Licença sobre abate de Gado Bovino.		
13 de 02/05/1964	Altera a Tabela de Vencimentos do Funcionalismo Municipal. <i>Revogada pela Lei nº 33/64</i>		
14 de 04/08/1964	Abertura de Crédito Especial para auxílio à construção da Igreja Matriz.		
15 de 06/05/1964	Proíbe a cobertura de telhados com "Tabuínhas" no perímetro urbano.		
16 de 02/05/1964	Abre Crédito Especial para gratificação de funcionários municipais.		
17 de 08/05/1964	Autoriza proceder estudos para adaptar o "trator UTOS" de uma carregadeira.		
18 de 13/05/1964	Fixa um valor mínimo sobre frações de terras para efeitos de pagamento do Imposto de Transmissão "INTER-VIVOS".		
19 de 06/06/1964	Aprova o Plano Básico de Aplicação de verbas da S.P.V.E.R.F.S.P.		
20 de 12/08/1964	Institui indenização com ou sem multa por derrubada, destruição ou inutilização de postes e rede de iluminação elétrica.		
22 de 04/08/1964	Autoriza o Executivo assinar convênios e receber verbas da Secretaria do Oeste.		
23 de 12/08/1964	Autoriza o Executivo a firmar convênios e receber verbas da Secretaria dos Negócios do Oeste.		
24 de 20/11/1964	Estabelece a cobrança de multas com taxação progressiva.		
25 de 20/11/1964	Dá nova redação a Lei nº 81/62 - Imposto Territorial Rural. <i>Revogada pela Lei 50/65.(face ao Decreto Presidencial nr. 56.462/65 - regulamentando a Lei Federal nr. 4.504, de 30 de novembro de 1964, que cria o Estatuto da Terra.)</i>		
26 de 20/11/1964	Atualiza a cobrança da taxa de conservação e melhoria Rodoviária, e revoga as Leis nrs. 123/ e 127/63.		
28 de 23/11/1964	Orça a Receita e fixa a Despesa do Município – para o Exercício de 1965.		
29 de 23/11/1964	Orça a Receita e fixa a Despesa do Departamento Municipal de Energia e Comunicações – D.M.E.C. – para o Exercício de 1965.		
30 de 23/11/1964	Orça a Receita e fixa a Despesa do Departamento Municipal de Estradas de Rodagem – D.M.E.R. – para o Exercício de 1965.		
31 de 23/11/1964	Define o Imposto de Indústria e Profissões, altera sua incidência e prescreve normas para o seu lançamento e arrecadação.		
32 de 23/11/1964	Define o Imposto de Licenças, altera sua incidência e prescreve normas para inscrição e arrecadação.		
33 de 11/05/1964	Estabelece novos padrões de vencimentos para o Funcionalismo Público Municipal, e autoriza a elevação de níveis salariais. <i>Revogada pela Lei 56/66</i>		
34 de 20/11/1964	Altera os artigos segundos (2º) das Leis nrs. 16/59 e 30/59 que regulamentam o tráfego de caminhões em dias de chuva.		
35 de 20/11/1964	Autoriza a correção monetária do Patrimônio da Prefeitura Municipal.		



Resoluções

Resolução	Ementa
14 de 1963	Cria no município de São Lourenço do Oeste - SC., 04 Escolas Noturnas, 01 no Distrito de Presidente Juscelino, 01 no Distrito de Leoberto Leal e uma no Distrito de Novo Horizonte.
15 de 1963	Autoriza o Executivo Municipal a prorrogar o prazo de pagamento sem multa dos Impostos Territorial Rural e taxa de Melhoramentos Rural.
16 de 1963	Autoriza o Executivo Municipal a pagar ao carcereiro o aumento de 50% sobre o vencimento mensal que o mesmo recebe.
17 de 1963	Isenta o cidadão Deonizio Grachick dos Impostos Territorial-Urbano e Predial.
18 de 1963	Cria na cidade de SLO, o sábado Inglês para todos os Empregos do Comércio, Indústria etc.
19 de 1963	Aprova as contas referentes ao exercício de 1962 da Prefeitura Municipal de SLO.
20 de 1963	Autoriza o Senhor João Lazarin, a instalar-se com uma barraquinha na Praça da Bandeira na cidade de SLO.
21 de 1963	Cria a Inspetoria de Ensino Municipal, em todo o território do município de SLO.
22 de 1963	Eleva os subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de SLO.
1 de 1964	Aprova o ato firmado pelo Senhor Prefeito de recebimento de auxílio da Secretaria dos negócios de Oeste.

Fontes de pesquisa:

- Acervo documental da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste;
- Depoimentos;
- FOLADOR, João David. História de São Lourenço do Oeste e do Oeste Catarinense. São Lourenço do Oeste, Tipografia Cruzeiro Ltda, 1988;
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- LAZZAROTTO, Ivo Maria. 50 Anos da Paróquia São Lourenço e Nossa Senhora das Graças. São Lourenço do Oeste, Gráfica e Editora Cruzeiro Ltda, 2002;
- Tribunal Regional Eleitoral.

Equipe responsável:

- Éderson Hermann – coordenador
- Daniela Cristina Puerari
- Juliana Novais
- Kelly Spenassatto
- Kalú Lessa - design

Colaboradores:

- Lílian Lazaretti dos Santos
- Fernando Carlos Broch
- Cleonice Bergonsi

Revisão: Profª Ms. Neli Bastezini Kronbauer e Profº Ms. Wilmar Conte

Diagramação: Romilda Câmara Barbosa Bampi

Impressão e encadernação: Marialene Simione de Lima ME (Mary Encadernações)

Novembro de 2008.